

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Miramar Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

| | 2014 | 2013 |
|---|----------------|----------------|
| ATIVO | | |
| CIRCULANTE | 1.410 | 1.459 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)..... | 1.202 | 1.200 |
| Dividendos a Receber (Nota 10a)..... | 208 | 258 |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 11b)..... | - | 1 |
| NÃO CIRCULANTE | 228.046 | 206.056 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 5.043 | 4.754 |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 11b)..... | 5.043 | 4.754 |
| INVESTIMENTOS (Nota 6) | 223.003 | 201.302 |
| TOTAL | 229.456 | 207.515 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| | 2014 | 2013 |
|---|----------------|----------------|
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| CIRCULANTE | 284 | 351 |
| Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 11c)..... | 12 | 8 |
| Dividendos a Pagar (Nota 7c e Nota 10a)..... | 211 | 260 |
| Outras Obrigações (Nota 12)..... | 61 | 83 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 229.172 | 207.164 |
| Capital Social: | | |
| - De Domiciliados no País..... | 167.000 | 167.000 |
| Reservas de Lucros (Nota 7b)..... | 62.172 | 40.164 |
| TOTAL | 229.456 | 207.515 |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|---------------|
| | 2014 | 2013 |
| RECEITAS OPERACIONAIS | 22.421 | 27.550 |
| Receitas Financeiras (Nota 8)..... | 504 | 379 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)..... | 21.909 | 27.162 |
| Outras Receitas Operacionais..... | 8 | 9 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | 89 | 158 |
| Despesas Tributárias..... | 1 | 1 |
| Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)..... | 88 | 157 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 22.332 | 27.392 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 11a)..... | (113) | (53) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 22.219 | 27.339 |
| Número de Ações..... | 41.998.035 | 41.998.035 |
| Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$..... | 529,05 | 650,96 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|-------------------------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social..... | 22.332 | 27.392 |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos..... | (22.288) | (27.450) |
| Resultado de Participações em Coligadas..... | (21.909) | (27.162) |
| Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas..... | (379) | (288) |
| Lucro Líquido Ajustado | 44 | (58) |
| Redução em Outros Ativos..... | 90 | 80 |
| Redução em Outras Obrigações..... | (130) | (102) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais | 4 | (80) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | |
| Dividendos Recebidos..... | 258 | 92.641 |
| Redução de Capital..... | - | 49.933 |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos | 258 | 142.574 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: | | |
| Dividendos Pagos..... | (260) | (142.500) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos | (260) | (142.500) |
| (Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa | 2 | (6) |
| Início do Exercício..... | 1.200 | 1.206 |
| Fim do Exercício..... | 1.202 | 1.200 |
| (Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa | 2 | (6) |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Miramar Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Miramar Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 e janeiro de 2015.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Investimento em controladas
São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (Goodwill)
O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas e coligadas.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição. O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.6) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

6) INVESTIMENTOS
Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

| Empresas | Capital social | Patrimônio líquido ajustado | Resultado ajustado | Quantidade de ações possuídas (em milhares) | | Participação no capital social - % | Investimentos | | Ajuste decorrente de avaliação | |
|---------------------------------------|----------------|-----------------------------|--------------------|---|----|------------------------------------|----------------|----------------|--------------------------------|---------------|
| | | | | ON | PN | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Andorra Holdings S.A. | 100.430 | 311.941 | 47.638 | 119.197 | - | 45,9916 | 143.466 | 121.765 | 21.909 | 27.162 |
| Ágio - Andorra Holdings S.A. (1)..... | - | - | - | - | - | - | 79.537 | 79.537 | - | - |
| Total | | | | | | | 223.003 | 201.302 | 21.909 | 27.162 |

(1) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Andorra Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*Impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

| | Em 31 de dezembro | |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Ordinárias..... | 41.998.035 | 41.998.035 |
| Total | 41.998.035 | 41.998.035 |

b) Reservas de lucros

| | Em 31 de dezembro | |
|--------------------------------|-------------------|---------------|
| | 2014 | 2013 |
| Reservas de lucros | 62.172 | 40.164 |
| - Reserva legal (1)..... | 14.949 | 13.838 |
| - Reserva estatutária (2)..... | 47.223 | 26.326 |

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos
Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

| | Em 31 de dezembro | | % | Em 31 de dezembro | | % |
|-----------------------------------|-------------------|---------------|------------|-------------------|---------------|------------|
| | 2014 | 2013 | | 2014 | 2013 | |
| Lucro líquido do exercício | 22.219 | 27.339 | | 22.219 | 27.339 | |
| Reserva legal..... | (1.111) | (1.367) | | (1.111) | (1.367) | |
| Base de cálculo | 21.108 | 25.972 | | 21.108 | 25.972 | |
| Dividendos propostos | 211 | 260 | 1,0 | 211 | 260 | 1,0 |

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS

| | Em 31 de dezembro | |
|--|-------------------|------------|
| | 2014 | 2013 |
| Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros..... | 125 | 91 |
| Juros ativos..... | 379 | 288 |
| Total | 504 | 379 |

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | Em 31 de dezembro | |
|-------------------------------------|-------------------|------------|
| | 2014 | 2013 |
| Serviços de terceiros..... | 18 | 20 |
| Editais e publicações..... | 70 | 90 |
| Contribuição sindical patronal..... | - | 47 |
| Total | 88 | 157 |

10) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

| | Em 31 de dezembro | | | Em 31 de dezembro | |
|---------------------------------------|-------------------|--------------|----------------------------|-------------------|----------|
| | 2014 | 2013 | | 2014 | 2013 |
| Caixa e equivalentes de caixa: | 1 | 6 | Ativos (passivos) | 6 | - |
| Banco Bradesco S.A. | 1 | 6 | Receitas (despesas) | - | - |
| Dividendos a receber: | 208 | 258 | | | |
| Andorra Holdings S.A. | 208 | 258 | | | |
| Dividendos a pagar: | (211) | (260) | | | |
| Banco Alvorada S.A. | (211) | (260) | | | |

• Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais: Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.7) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.8) Receitas financeiras
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.9) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no artigo de reconhecimento de receitas, não custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Em 31 de dezembro | |
|---|-------------------|--------------|
| | 2014 | 2013 |
| Disponibilidades em moeda nacional (1)..... | 1 | 6 |
| Fundos de Investimentos Financeiros (2)..... | 1.201 | 1.194 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 1.202 | 1.200 |

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

11) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

| | Em 31 de dezembro | |
|--|-------------------|---------------|
| | 2014 | 2013 |
| Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social) | 22.332 | 27.392 |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente | (7.593) | (9.313) |
| Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos: | | |
| Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes..... | 7.449 | 9.235 |
| Outros..... | 31 | 25 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | (113) | (53) |

b) Tributos a compensar ou a recuperar
Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 5.043 (2013 - R\$ 4.755) referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

c) Impostos e contribuições a recolher
Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 12 (2013 - R\$ 8), referem-se à Contribuição Social de R\$ 4 (2013 - R\$ 3) e Imposto de Renda de R\$ 8 (2013 - R\$ 5).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | Em 31 de dezembro | |
|--|-------------------|------|
| | 2014 | 2013 |
| Serviços prestados a pagar..... | - | 1 |
| Provisão de editais e publicações..... | 61 | 82 |
| Total | 61 </ | |

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51

Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Miramar Holdings S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 29 de abril de 2015

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/P-9